

maneira os diferenciais de renda, escolaridade, gênero, raça, ocupação, entre outros, incidem sobre o interesse pela política, sobre a propensão de indivíduos à atividade político-eleitoral e sobre as chances que esses experimentam ao se lançar em candidaturas a cargos eletivos. Para tanto, lançaremos mão do conceito de interseccionalidade.

A primeira parte do texto expõe a ideia de interseccionalidade e aborda como ela contribui para a compreensão do estudo de desigualdades. Tentaremos, a partir dessa discussão, extrair premissas e hipóteses testáveis a respeito de como interseccionalidades incidem sobre as condições de competir que determinados indivíduos encontram ao se lançar à atividade político-eleitoral. Tomando a discussão teórica como ponto de partida, tentaremos formular proposições lógico-dedutivas prévias sobre o comportamento das variáveis a serem observadas. Feito isso, num momento posterior, poderemos buscar modos para testar tais proposições à luz dos dados.

O pano de fundo que permeia nossa discussão é a (co)incidência continuada de desigualdades sobre determinados grupos e indivíduos. A segunda parte do texto contribui nessa direção ao pontuar aspectos já identificados pela literatura, sobre contextos institucionais ou informais que podem prejudicar a presença de indivíduos oriundos de grupos minoritários em disputas eleitorais e, portanto, restringir o potencial destes para a representação política.

Na sequência, propomos uma abordagem metodológica que nos permita verificar como interseccionalidades e desigualdades diversas podem concorrer para agravar a desigualdade na representação política, e na própria inclinação para a atividade política de modo mais geral. Faremos uma tentativa inicial de aplicação desta abordagem a um conjunto de dados já existentes, retirados de pesquisa de survey de abrangência nacional.